

Grau de conhecimento no plebiscito

Informação e esfera política

Rachel Meneguello*

O debate público sobre o plebiscito para escolha de regime e forma de governo tem apontado para certa unanimidade no que respeita ao quadro institucional que recobre as mudanças políticas. São muitas as afirmações que destacam a necessidade de iniciativas institucionais prévias à escolha, bem como os esforços para o seu esclarecimento à grande massa de eleitores. Afinal, trata-se de um momento ímpar de mudança política-institucional que atravessa o campo da representação e da organização política, as bases do funcionamento democrático e da governabilidade desejada.

A preocupação com a informação e o conhecimento ampliado da população sobre esses processos decorre em parte da forma pela qual essas mudanças se estabelecerão. Para os vários países em que ocorreram mudanças de sistemas de governo, estas se deram na forma de *referendum*, onde medidas previamente discutidas e acordadas são postas para aprovação ou não pela população. Singularmente, no Brasil, as mudanças estão se dando sob a forma de plebiscito, o que significa, entre as várias dificuldades mencionáveis, uma dose maior de debate entre os muitos setores sociais, a devida

concatenação de estratégias entre os setores da elite política e parlamentar, a avaliação das consequências para a organização e gerenciamento do Estado brasileiro em direção à governabilidade e, sobretudo, o esforço multiplicado para que o conhecimento de tais processos se defina como ferramenta efetiva de escolha para a população.

As opções sobre regime e sistema de governo que estão se colocando demandam o maior conhecimento sobre alguns aspectos institucionais importantes. Esses aspectos vão desde as diferenças básicas entre a Monarquia e a República até as adequações de cada regime com sistemas de governo diferentes, parlamentarismo e presidencialismo, embutidas as diferenças fundamentais entre ambos. Ao lado disso, trata-se de repensar o quadro institucional de representação do país, pois nele é que se espera fazer gerar uma nova dinâmica de organização e participação política democrática ampla. Destacam-se aqui a definição do sistema

* Departamento de Ciência Política, IFCH-UNICAMP.
Coordenadora do CESOP.

eleitoral e das bases de representação, o número de partidos, as regras de representação partidária no Congresso, eleição ou indicação do presidente da República — enfim, um conjunto de informações que requer clareza, detalhamento, tempo e instrumentalização para que se possa fazer chegar a 100 milhões de eleitores. Assim, a complexidade das transformações institucionais envolvidas torna singular a importância do grau de conhecimento e da consistência do universo de valores políticos que permeia as opiniões dos indivíduos em relação ao sistema político brasileiro. Afinal, se não é de se supor que esses conceitos e informações sejam absorvidos pela maior parte da população, é a preocupação com a possível fragilidade das mudanças o tom que vem colorindo o debate responsável sobre os procedimentos adotados para o plebiscito.

Uma das contribuições para esse debate é, portanto, a avaliação do grau de conhecimento sobre as opções postas para escolha, e do grau de consistência e estruturação de idéias e valores que permeiam o universo político dos brasileiros.

Grau de conhecimento

Estudos de âmbito internacional indicam que o distanciamento de boa parte do eleitorado com relação à arena política e aos processos que ali se definem ocorre mesmo em sociedades consideradas de tradição democrática. De fato, os níveis de participação política — avaliados, por exemplo, pelo interesse por política ou pela identificação com instituições representativas — não permitem supor forte identidade com a esfera dos fenômenos políticos.¹

Essa é também a tendência observada no Brasil ao longo do período eleitoral mais recente. Alguns trabalhos indicam que, efetivamente, o pouco interesse pela política, a frágil identidade com instituições representativas e o distanciamento dos fenômenos políticos são parâmetros que definem majoritariamente as formas de inserção dos indivíduos na esfera pública e o grau de participação na arena política. As análises de dados de pesquisas acadêmicas por amostragem, realizadas nos principais centros urbanos do país desde a década de 1970, permitem sugerir que, para grande parte do eleitorado, o universo político não habita seu cotidiano e que seu pouco envolvimento e informação leva tendencialmente a definir opiniões condensadas sobre alternativas e processos políticos.²

Os dados da Tabela 6.3 (p. 41) contribuem para ilustrar essa afirmativa. Em pesquisa realizada em 1987 pelo IBOPE, com o objetivo de avaliar os temas destacados pela população brasileira para tratamen-

to na nova Constituição, as indicações referentes ao sistema de governo e sistema eleitoral não ultrapassavam 5% no período estudado. Esse distanciamento revelado em plena conjuntura de debate político amplo em todo o país — a elaboração da nova Constituição — se traduz também através dos dados de conhecimento sobre os sistemas de governo no mesmo ano, quando 75% ou mais dos entrevistados declararam não saber definir presidencialismo ou parlamentarismo (Tabela 5.1, p. 35).

É necessário destacar que essa parece ser uma tendência que se mantém ao longo dos quase cinco anos que separam a Assembleia Constituinte e o plebiscito de abril. Apesar das diferenças de números, os percentuais expressos nas pesquisas do IBOPE e Datafolha (Tabelas 5.1 e 5.2, p. 35) traduzem ainda a existência de um contingente considerável de eleitores que desconhecem as características básicas das alternativas entre as quais deverão optar muito proximamente. Analisando mais detidamente as respostas às perguntas sobre as características diferenciadoras dos dois sistemas de governo (Tabela 5.4, p. 36), observa-se que para os 28% que definiram o parlamentarismo e para os 30% que definiram o presidencialismo está colocada de forma satisfatória que a distinção básica reside no quadro de relações entre os poderes Executivo e Legislativo. Contudo, apenas 26% do total dos entrevistados souberam distinguir corretamente os dois sistemas de governo (Tabela 5.2, p. 35).

Com relação ao grau de conhecimento sobre os regimes de governo, a tendência parece ser a mesma: para o IBOPE, segundo pesquisa em janeiro de 1993, foram observados os percentuais bastante significativos de 83% e 93% para os entrevistados que não souberam responder sobre as diferenças entre, respectivamente, Monarquia e República (Tabela 5.1, p. 35). Para o Datafolha, em pesquisa de fevereiro de 1993, foram observados aproximadamente 70% do total de entrevistados que não souberam distinguir ou tinham noções erradas sobre as duas alternativas. Na análise das respostas espontâneas sobre a definição dos regimes, destaca-se a definição objetiva da existência do rei na Monarquia, mas representando apenas 13% das respostas (Tabela 5.5, p. 37).

Surpreende verificar que a prática republicana e o estilo centralizador, populista ou carismático de lideranças, que marcaram boa parte de nossa história política, não parecem ter criado um quadro simbólico firme no imaginário dos indivíduos, capaz de ajudar a localizar as principais relações de poder no país.³ Para a Monarquia, essa tarefa parece mais fácil, levando-se em conta que o poder é natural e institucionalmente personalizado.

Essa fragilidade que caracteriza as noções do eleitorado brasileiro sobre regimes e sistemas de governo se estende para o universo mais amplo de conceitos e opiniões que circunda esses temas.

Valores e concepções políticas

A análise individual das várias pesquisas apresentadas permite a avaliação mais detalhada de atitudes e opiniões dos entrevistados com relação às tendências políticas observadas. Os dados da pesquisa **IDESP/Datafolha** realizada entre julho e agosto de 1991, possibilitam a avaliação do grau de conhecimento e de encadeamento de conceitos com relação ao universo político que permeia as idéias sobre sistemas de governo.

A pequena diferença entre as preferências pelo parlamentarismo e presidencialismo (respectivamente, 32% e 36%) não é acompanhada pelos dados de opinião sobre o papel das instituições e da arena de representação política. O baixo grau de identificação partidária, a boa aceitação da diminuição do número de partidos com representação no Congresso e a possibilidade de controle efetivo do mandato parlamentar são indicativos de uma posição pouco positiva com relação ao desempenho do Congresso Nacional e às instituições representativas (**Gráficos 6.1, 6.4 e 6.5**, pp. 38-39).

Faz parte ainda desse conjunto a avaliação dada ao partido como aspecto a ser considerado na escolha do presidente da República, separada por 30 pontos percentuais do aspecto favorável à "pessoa do candidato" (**Gráfico 6.6**, p. 39).

Já foi apontado acima que essa visão negativa da política é em boa parte fruto da posição distanciada dos indivíduos com relação à arena dos processos políticos.⁴ Contudo, certa desarticulação de opiniões chama a atenção: ao mesmo tempo em que se avalia negativamente o funcionamento institucional, é bem maior a confiança depositada pelos eleitores no Congresso do que no presidente da República — também separada por 20 pontos percentuais (**Gráfico 6.2**, p. 38). Vale destacar que, à época da pesquisa, a Presidência da República ainda não sofria a crise que a afetaria alguns meses depois.

Em linhas gerais, os dados de relativo equilíbrio entre as preferências por sistemas de governo não traduzem as diferenças de opinião no campo da dinâmica institucional e de organização de interesses. Pode-se afirmar, no entanto, que as opiniões analisadas revelam certa estruturação de idéias e valores sobre o universo institucional geral.

Essa mesma lógica pode ser observada nos dados produzidos pelo **IBOPE** ao longo do período entre abril de 1991 e abril de 1992. Nessa série de pesquisas, os dados da **Tabela 4.1** (p. 31) e **Tabelas**

6.1 e 6.2 (p. 40) apresentam uma mesma tendência: ao longo do período, é decrescente a preferência pelo presidencialismo, bem como a de opinião favorável a que as iniciativas de resolução para os problemas do país pertençam ao presidente. Da mesma forma, a preferência pelo parlamentarismo e o apoio ao papel efetivo do Congresso apresentam, ambas, variações muito pequenas no período.

Papel da mídia

A análise global desses dados permite sugerir que nas várias pesquisas abordadas, é possível observar certa coerência de comportamentos e atitudes nas populações entrevistadas com relação ao mundo político institucional mais geral. Contudo, esse dado vem acompanhado do deficiente grau de conhecimento com relação ao plebiscito e às implicações institucionais de cada escolha. Nesse sentido, a campanha de esclarecimento desenvolvida pelas três frentes políticas — Presidencialista, Parlamentarista e Monarquista — parece ser elemento fundamental na orientação do voto.

Iniciada a 60 dias da realização do plebiscito, a campanha veiculada pelos meios de comunicação de massa conta com um componente essencial para o sucesso do processo plebiscitário: a dimensão do público atingido pelo rádio e televisão. Atingindo, respectivamente, mais de 65% e mais de 75% dos domicílios brasileiros, a televisão e o rádio serão os vetores básicos da informação para o voto, podendo, até mesmo, redimensionar a participação do eleitorado nesse debate.

É verdade que, se de um lado o papel da mídia na arena política é apontado como essencial na definição de impactos atitudinais sobre os indivíduos — a maior participação, por exemplo —, de outro lado é também conhecido seu efeito negativo sobre o conteúdo e substância das propostas veiculadas. A título de exemplo, as campanhas partidárias e eleitorais veiculadas pela televisão a partir de 1985, com a mudança da regulamentação da propaganda, demonstraram que o ganho do apelo visual teve como contrapartida a perda de conteúdo das propostas.⁵ Assim, é de se supor que o grande número de informações veiculadas possa contribuir para elevar o grau de informação sobre as opções, mas dificilmente na profundidade necessária, pois a superficialidade é parte da natureza desses veículos de comunicação.

Ao lado dessa limitação intrínseca, cabe a preocupação com o conteúdo próprio das propostas elaboradas pelos sujeitos políticos. De fato, para o plebiscito de abril, os três slogans de campanha e os primeiros quadros de propaganda veiculados pelas frentes já permitem afirmar a debilidade com que

serão tratadas as opções: "parlamentarismo neles", "diretas-sempre" e "vote no rei", são as marcas de uma campanha que apenas se justifica, respectivamente, no combate à corrupção, nos anos de luta pela conquista das eleições diretas e na comparação com países europeus de tradição monárquica, sem no entanto, apresentar grau maior de informação sobre as alternativas de escolha.

Não cabe dúvida, contudo, quanto ao melhor tipo de veículo para difusão das informações: a dimensão geográfica e populacional do Brasil aponta apenas para a solução do rádio e TV como meios de amplo alcance. A preocupação com o grau de conhecimento da população sobre processos políticos reside nas regras de definição de tais processos e, nesse sentido, tempo e forma de consulta já estão há muito colocados, esperando o desempenho apropriado de cada frente política.

Notas

1. Cf. Campbell, Angus et alii. *The American Voter*. New York: John Wiley & Sons, 1960; Daalder, Hans. The Comparative Study of European Parties and Party Systems: an overview. In: Daalder & Mair (org.). *Western European Party Systems: Continuity and Change*, London: Sage, 1983; e Caciagli, Mario e Spreafico, Alberto (org.). *Un Sistema Politico alla Prova: studi sulle elezioni politiche italiane de 1972*. Bolonha: Il Mulino, 1975.

2. Cf. dados das pesquisas eleitorais e políticas realizadas pelo IDESP entre 1982 e 1991, in: *Coleção Textos IDESP*.

Também cf. Lamounier, Bolivar. Comportamento Eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: Lamounier, Bolivar e Cardoso, Fernando H. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975;

Lamounier, Bolivar. *Voto de Desconfiança. Eleições e Mudanças Políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980; e

Meneguello, Rachel. *PT: A Formação de um Partido. 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

3. Cf. Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

4. Cf. especificamente Sani, Giacomo. L'immagine dei partiti nell'elettorato. In: Caciagli e Spreafico, op. cit.

5. Cf., por exemplo, Signorielli, Nancy. Political correlates of television viewing. *Public Opinion Quarterly*, 59 (1984); e Graber, Doris. Press and TV as opinion resources in presidential elections. *Public Opinion Quarterly*, 40 (1976).

Para o caso brasileiro, cf., por exemplo, Lamounier, Bolivar (org.). 1985. *As Eleições de São Paulo*. Col. História Eleitoral 1, IDESP, 1986; e

Sadek, Maria Teresa. *As Eleições em 1986*. Col. História Eleitoral 2. São Paulo: Vértice, 1989.